

IV SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TÍTULO DO TRABALHO

MAPEAMENTO DO EXTRATIVISMO NO ESTADO DO TOCANTINS

TÓPICO TEMÁTICO

Número **Descrição**

16	Política nacional de gestão territorial: limites e possibilidades do desenvolvimento local/regional
----	---

AUTOR PRINCIPAL

INSTITUIÇÃO

Ilda Helena Oliveira Nunes	Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB
----------------------------	---

CO-AUTORES

INSTITUIÇÃO

1	Donald Sawyer	Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB
---	---------------	---

RESUMO DO TRABALHO

Este estudo propõe a organização de seis Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Agroextrativismo no Estado do Tocantins, com fundamento no mapeamento da atividade extrativista, realizado em 2002. O objetivo da iniciativa foi mapear as características gerais e específicas do extrativismo no Tocantins, a fim de fortalecer esse setor, capacitar os atores envolvidos e influir sobre políticas públicas dirigidas ao extrativismo no Estado.

PALAVRAS- CHAVE

Cadeia de produção, associativismo, produtos florestais não madeireiros (PFNM).

ABSTRACT

This paper consider about the agroextrativism organization in six Local Productive Systems (APLs) from Tocantins State, based in the mapping of extractive activities carried through 2002. The objective of this study is mapped the general and specific characteristic from Tocantins extrativism, to this sector is fortifying, the involved people are be enabled and the public policies directed to the local extrativism are be influenced.

KEYWORDS

Production chain, associativism, non-timber forest products.

INTRODUÇÃO

A atividade extrativista no Tocantins se diferencia do resto da Amazônia Legal devido às especificidades dos recursos naturais disponíveis para o processo produtivo extrativo no Estado, onde predomina o Cerrado. Pode-se dizer que se trata de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) amplamente conhecidos na literatura especializada (eg. BELCHER; SCHRECKENBERG, 2007; MACHADO, 2008), porém sem floresta.

Primeiramente realiza a contextualização do Estado do Tocantins em relação ao à 'Amazônia Legal', porém com característica do Bioma Cerrado no quase completo de sua paisagem. Posteriormente descreve-se a realização do mapeamento realizado e as propostas para Arranjos Produtivos Locais (APLs).

A partir dos dados mapeados, foram sugeridos seis Arranjos Produtivos Locais (APL) de Agroextrativismo no Tocantins: Bico do Papagaio (combinação integrada de apicultura, babaçu, frutas do cerrado e pesca artesanal); Vale do Araguaia (pesca artesanal, apicultura e frutas do cerrado); Norte (frutas do cerrado, apicultura e babaçu); Nordeste (frutas do cerrado e apicultura); Belém-Brasília (apicultura e frutas do cerrado); e Jalapão (artesanato, apicultura e frutas do cerrado). As atividades extrativas concentram-se no Bico do Papagaio, devido a ocorrência dos recursos naturais e à organização (local, nacional, internacional). O Vale do Araguaia e o Jalapão são eixos incipientes. O pólo de Palmas destaca-se em função do seu mercado consumidor.

TOCANTINS

Contextualização Histórica e Geográfica

Localizado no centro geodésico do Brasil, com uma área de 278.420,7km² e uma população de 1.157.098 habitantes, segundo o censo do IBGE em 2000, o Estado do Tocantins faz divisa com seis Estados: Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Goiás.

Os rios Tocantins e Araguaia dividem o Estado em duas bacias distintas, que juntas formam a maior bacia hidrográfica totalmente brasileira seu potencial hidrelético os torna objetos de projetos energéticos governamentais. Tocantins ocupa 5,4% do território geopolítico denominado Amazônia Legal¹, mesmo com paisagem variando entre Cerrado e

¹ A definição geopolítica 'Amazônia Legal' carregava a idéia 'de integrar para não entregar' e 'abrir estradas é levar o progresso', pois está mais relacionada a economia que a geografia. Foi estabelecida em 1953, por meio da Lei 1.806 e reafirmada em 1966 pela Lei 5.173 e a criação da SUDAM - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia. Portanto, a definição proposta para a região foi um conceito político com o objetivo de desenvolver a região. A delimitação da área firmava-se na característica da paisagem de floresta, mas áreas de cerrado foram anexadas. No Brasil, abraça 9 Estados, Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins, Amapá, Roraima, Norte do Mato Grosso e Oeste do Maranhão e ocupa 60% de seu território (FERREIRA; SALATI, 2005; ADA, 2008).

ecótono Cerrado-Amazônia, sendo que as florestas localizam-se principalmente no Vale do Araguaia e o Cerrado, que cobre 87,8% do Estado, situam-se na bacia do Rio Tocantins (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2008).

O relevo tocantinense é formado por depressões na maior parte do território, planaltos a sul e nordeste e planícies na região central. O clima tropical úmido e os solos pouco férteis são considerados característicos em todo o Estado.

O Estado tem certo potencial turístico devido às belezas naturais, conta com 13 Unidades de Unidades de Conservação Estaduais, sendo quatro de Proteção Integral (Parque Estadual do Cantão – PEC; Parque Estadual do Jalapão – PEJ; Parque Estadual do Lajeado – PEL; Monumento Natural das Árvores Fossilizadas) e nove de Uso Sustentável, denominadas de Áreas de Proteção Ambiental - APA (APA Ilha do Bananal/Cantão; APA Foz do Rio Santa Tereza; APA Serra do Lajeado; APA do Jalapão; APA das Nascentes de Araguaína; APA Lago de Peixe Angical; APA Lago de Palmas; APA do Lago de Santa Isabel; APA Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis) (NATURATINS, 2008).

Contextualização Social e Econômica

A região mais ao Norte do Estado de Goiás foi desbravada por missionários católicos que percorreram o Rio Tocantins, a partir do Século XVII. Ao sul a primeira colonização realizou-se através dos bandeirantes vindos do Estado de São Paulo, no Século XVIII. Até recentemente a atividade econômica predominante era a pecuária extensiva. A criação do Estado do Tocantins foi determinada pela Comissão de Sistematização e pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, em outubro de 1988, o que foi reflexo e causa de diversificação econômica.

A formação da população tocantinense centra-se nas migrações ocorridas entre os Séculos XVII e XIX, em uma primeira leva vinda principalmente do Nordeste Brasileiro, e no fluxo de agricultores pobres em busca de terras e pequenos e médios fazendeiros vindos dos Estados do Nordeste, de Minas Gerais, de São Paulo e do sul de Goiás, em uma segunda leva na metade do Século XX. Os migrantes tornaram-se a marcante presença de populações indígenas e tradicionais com seus territórios demarcados por todo o Estado (SAWYER, 1969).

O Estado possui uma baixa densidade de ocupação de 4,15% hab/km². De acordo com o mesmo censo a taxa de analfabetismo foi de 17,2%, que junto a uma alta taxa de mortalidade infantil, apresenta um Estado pobre e caracteristicamente rural, com grande parte da população total vivendo em áreas rurais.

A população indígena do Estado do Tocantins está estimada em 5.275, de sete etnias diferentes, com destaque para os Krahôns, Karajás, Xerentes, Xavantes e Apinajés. Da área por eles habitada, que soma 2.171.028 ha, apenas duas Terras Indígenas ainda estão em processo de demarcação (BARROSO, 2008).

Os quilombolas ou remanescentes de quilombos tiveram 15 comunidades reconhecida pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura, por meio da Portaria n. 06 de 1º de março de 2004, como representantes das populações tradicionais (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2008).

A localização geográfica, estratégica por sua centralidade e possibilidade de locomoção em todas as direções do Território Nacional, oferece umidade e luminosidade favoráveis para o crescimento de plantas e animais, segundo as entrevistas realizadas junto a pecuaristas (CEDEPLAR, 2002). Por outro lado, também apresenta restrições para a exploração agropecuária com tecnologia de monocultura de clima temperado, por causa do acúmulo ininterrupto de pragas e doenças.

As florestas e os recursos madeireiros já foram, em grande parte, esgotados e o Cerrado constitui um *hotspot* global, por causa de sua riqueza e singularidade biológicas e a elevada pressão da expansão da fronteira agropecuária. O que torna preocupante os 6 milhões de hectares de áreas de pastagens no Estado do Tocantins, onde a soja é o carro chefe, com aumento de 41% nas exportações, “fazendo com que o grão permanecesse no topo da lista, segundo propaganda do Governo Estadual, e a venda de carne bovina passou a ocupar o 2º lugar em exportações no ano de 2005 (ISPN, 2003; GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2008).

O aumento na produção de alimentos posicionaria o Tocantins como fronteira agrícola, com incentivos econômicos e fiscais. A Agência de Fomento do Estado do Tocantins (FomenTO), conta com 10 linhas de crédito.

A integração incompleta a mercados de consumo e de produtos abriu um espaço alternativo para a pequena produção mercantil, baseado na busca de desenvolvimento sustentável, que visa à compatibilidade entre conservação e desenvolvimento. A análise utiliza um enfoque socioambiental ou ecossocial, que considera as relações sociais, contemplando as interações entre natureza e sociedade, em vez de analisar cada lado isoladamente (SAWYER, 2008).

O sistema de roça e no extrativismo vegetal, instalou-se um espécie de campesinato moderno (SAWYER, 1979). Destaca-se o papel das mulheres, sobretudo as quebradeiras de coco de babaçu, na luta social e na sustentação das famílias. Essa organização constitui uma potencialidade de exemplo de organização civil com sucesso (CEDEPLAR, 2002).

A EXPLORAÇÃO DE PRODUTOS NÃO MADEIREIROS

O processo extrativo é entendido como primeira forma de exploração econômica, baseado na coleta de produtos existentes na natureza, com baixa produtividade, decorrentes do custo de oportunidade do trabalho próximo ao zero ou do alto preço unitário devido ao monopólio extrativo. Algumas espécies desapareceram e outras estão em via de domesticação.

Dependendo da espécie, forma e intensidade de exploração, as atividades extrativistas podem indicar ou mesmo provocar a exaustão dos recursos extrativos. Neste contexto, medidas conservacionistas tem sido adotadas para a proteção dos sistemas florestais.

O extrativismo desempenha importante papel na formação econômica e social dos estados e do país. Estudiosos da atividade extrativistas, trazem contextualizações teóricas, principalmente com respeito a aspectos econômicos e sociais, baixa produção e a necessidade de racionalizar a atividade (CARVALHO, 2006).

A economia extrativa está introduzida, dentro de um contexto muito mais amplo do que é tradicionalmente analisado. A economia extrativa inicia-se pela descoberta do recurso natural que apresenta possibilidade econômica ou útil para o homem. A seqüência natural é o início do extrativismo como atividade econômica. Em geral, o crescimento das demandas do mercado e o processo de inovação tecnológica, fazem com que seja iniciada a domesticação desses recursos extrativos.

A idéia principal do extrativismo é a existência de recursos naturais, que tenham potencialidades para a exploração econômica, quer através do seu consumo 'in natura', quer através de beneficiamento ou industrialização.

Com a crescente demanda de pesquisas sobre biotecnologia e da engenharia genética existe a possibilidade de um aumento significativo da domesticação de espécies e isolamento de substâncias químicas. Isto pode ser negativo para o avanço da economia extrativista.

Com a abertura de estradas, os processos de desmatamento para a substituição de cobertura vegetal, abrem frentes de espaço para a expansão da fronteira agrícola e pecuária. O avanço dos desmatamentos e consquente exaurimento dos recursos naturais contribui para a destruição da base de sustentação da atividade extrativista, alterando significativamente a economia extrativa.

O crescimento populacional irracional e a expansão agrícola são fatores antagônicos a atividade extrativista e têm levado a sérios conflitos fundiários no Estado do Tocantins.

O extrativismo no Estado do Tocantins encontra-se em desenvolvimento, necessitando de caracterização das componentes social, econômica e ambiental do

conjunto de práticas extrativistas, para melhor encaminhamento de políticas públicas para atendimento as demandas, através do uso de instrumentos de pesquisa construídos de forma participativa envolvendo os atores sociais.

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

Arranjos Produtivos Locais (APLs) têm o conceito inspirado na teoria de *cluster*, aglomerações espaciais de atividades produtivas e outras atividades associadas que geram economias de escala e sinergias que favorecem a competitividade e a inovação. Este conceito adaptado para países em desenvolvimento como o Brasil, foi reconhecido com 'cadeia produtiva', pois considera as inter-relações entre empresas e não cada empresa isoladamente. No entanto, os APLs são segmentos localizados de cadeias produtivas, que se iniciam nos fornecedores de insumo e seguem até o consumidor final. Isto pode ter um alcance global. "No caso do Tocantins, por exemplo, a linha de pesca artesanal pode ser da China, enquanto o sabonete de babaçu pode ser vendido na Europa" (ISPN, 2003). O espaço considerado para um APL, por certo lado, seria o local onde os atores envolvidos possam interagir regularmente face a face.

Para os exemplos de agroextrativismo na Amazônia, o conceito deve ser, mais uma vez readaptado, devido a diversificação ecológica e econômica, possibilitando lidar com a enorme biodiversidade o que implica dispersão espacial. Deve-se observar, também, os riscos de variação natural de ano para ano e as flutuações de mercado.

Tais considerações permitem notar que, uma comunidade, município ou microrregião não pode se especializar em apenas um tipo de produto. Cada APL deve incluir atividades complementares entre si, combinadas de acordo com a cadeia a que pertencem. Isto significa, também, que a definição do espaço geográfico de uma APL deve se referir a uma região ou território e não um município isolado.

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO EXTRATIVISMO NO ESTADO DO TOCANTINS

O objetivo de realização do mapeamento participativo do extrativismo no Estado do Tocantins foi a formação de técnicos de entidades governamentais e não governamentais ligadas ao setor, em métodos e técnicas para o levantamento, análise de dados e elaboração de relatórios finais de pesquisa.

Em 2002, a Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente buscou fortalecer os grupos extrativistas no Estado por meio de contrato com o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). As primeiras reuniões culminaram na

definição de quatro atividades ou produtos extrativistas a serem fortalecidos: babaçu, frutos do cerrado, apicultura e pesca artesanal.

O ISPN é um centro de pesquisa e documentação independente, sem fins lucrativos, fundado em abril de 1990, em Brasília. Tem como objetivo central contribuir para a construção de um desenvolvimento econômico com maior equidade social e equilíbrio ambiental. Para tanto, realiza e promove a pesquisa científica, dissemina conhecimentos e estimula o intercâmbio entre pesquisadores. Ao mesmo tempo, subsidia a atuação de movimentos sociais e a formulação de políticas públicas nas interfaces entre desenvolvimento, população e meio ambiente. Tem larga experiência na Amazônia e no Cerrado.

O mapeamento do extrativismo foi composto por cinco etapas de trabalho:

1) mapeamento preliminar, com base nos dados já existentes sobre o extrativismo no Tocantins, na bibliografia especializada;

2) primeira capacitação em métodos e técnicas para o levantamento e tratamento de dados relativos à produção extrativista, por técnicos e lideranças locais;

3) fase de campo, em que foram coletados os dados;

4) segunda capacitação sobre a análise dos resultados e a produção de relatórios; e,

5) encontro final, após a consolidação dos relatórios, para a socialização e avaliação dos resultados, com a presença dos parceiros da iniciativa.

Inicialmente, dados secundários foram extraídos do Censo Agropecuário de 1996 e dados primários foram fornecidos pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX) e pelo Programa de Pequenos Projetos (PPP) do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

A seguir, um questionário foi estruturado em questões com escalas de comparação numérica sobre: existência e acesso aos recursos naturais; impacto ambiental; apropriação e custo das tecnologias de produção; apropriação e custo das tecnologias de beneficiamento; regulamentação; crédito; assistência técnica; mercado; comercialização; tributação; e organização social. O mapeamento e a análise dos dados confirmaram a importância de desenvolver novos mecanismos para promover o extrativismo no Estado do Tocantins.

Para facilitação dos trabalhos, a equipe de consultores do ISPN dividiu o Estado em pólos dinâmicos de produção, e em setores de produção pré-codificados para facilitar o levantamento de campo e sistematização das informações, para consolidação em relatório final.

Os pólos dinâmicos foram definidos em reuniões de grupo de discussão, com base nos conhecimentos regionais dos participantes da I Oficina de Capacitação em Métodos e Técnicas de Pesquisa.

Para a definição de APLs de agroextrativismo no Tocantins, foram considerados os cinco 'setores' definidos no Mapeamento Participativo: Apicultura, Artesanato, Babaçu, Frutas do Cerrado e Pesca Artesanal.

A partir de dados secundários e primários levantados e analisados no Mapeamento, foram delineados seis APLs de Agroextrativismo no Tocantins. Correspondem aproximadamente aos pólos definidos na primeira oficina e utilizados para o trabalho de campo, mas com algumas combinações e alguns ajustes. Os critérios principais são a ocorrência da atividade produtiva e a organização dos produtores.

No Estado do Tocantins foram sugeridos os seguintes APLs:

- 1) Bico do Papagaio: cerca de 15 municípios no extremo norte, com uma combinação integrada de Apicultura, Babaçu, Frutas do Cerrado e Pesca Artesanal.
- 2) Vale do Araguaia: os municípios ao longo do Araguaia (ou Javaé), com a integração de Pesca Artesanal, complementado por Apicultura e Frutas do Cerrado.
- 3) Norte: os municípios da Belém-Brasília a partir de Araguaína, com a combinação de Frutas do Cerrado com Apicultura e Babaçu.
- 4) Nordeste: Frutas do Cerrado complementado por Apicultura.
- 5) Belém-Brasília: os municípios mais ao sul do Estado situados ao longo da BR, integrando Apicultura com Frutas do Cerrado.
- 6) Jalapão: os município da Região Administrativa de Novo Acordo, com Artesanato, Apicultura e Frutas do Cerrado.

Nota-se que Frutas do Cerrado e Apicultura fazem parte de todos os APLs. O setor Frutas do Cerrado pode ser generalizado no Estado todo por causa da grande variedade de espécies. Embora a Apicultura trabalhe com a mesma espécie de abelha, na maioria dos casos, os pastos são variados e o mel conta com mercados locais, regionais e nacionais, até mesmo internacionais. A Pesca Artesanal ocorre apenas no Vale do Araguaia e no Bico do Papagaio, enquanto o Babaçu encontra expressão apenas no Bico do Papagaio e Norte. O Artesanato destaca-se como atividade comercial importante apenas no Jalapão.

O turismo ou ecoturismo, como atividade de uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais, tanto no Vale do Araguaia quanto no Jalapão poderiam ser aderidos às APLs.

Ao final, foram recomendadas algumas ações para o fortalecimento do agroextrativismo no Estado do Tocantins, com foco no produtor, sua família e o sistema de produção integrado de atividades. Entre elas, destacam-se:

a) Em relação ao crédito:

A implementação de estratégias que facilitem o acesso às linhas de crédito apropriadas às comunidades agroextrativistas, com estabelecimento de apoio na modalidade micro-crédito para garantia de assistência técnica e viabilização da produção em escala. Além do crédito para quem não é proprietário da terra.

b) Em relação a assistência técnica:

Integração da assistência técnica às organizações dos produtores para que as ações desenvolvidas pelos técnicos sejam definidas em processos participativos de planejamento. Isto ampliaria a capacidade qualitativa e quantitativa da assistência técnica pública de dirigir-se a este produtor e apropriaria a fiscalização sobre a exploração.

c) Em relação ao apoio direto a produção:

Estímulo a verticalização da produção, através do incentivo e apoio as organizações e fortalecimento dos arranjos produtivos locais. A implantação de unidade de beneficiamento em escala para agregação de valor aos produtos primários tenderia a gerar incremento a renda familiar. Políticas de juros, fiscal e tributária diferenciada e simplificada, destinadas às iniciativas da sociedade civil organizada, para produção a partir do uso sustentável dos recursos naturais, em contrapartida aos serviços ambientais, sociais e econômicos gerados. Inclusive construindo um programa de geração de renda ou renda mínima para alguns setores.

d) Em relação a conservação do meio ambiente

Estabelecimento de critérios participativos de sustentabilidade ambiental para a produção extrativista fundamentados em informações científicas e experiências das organizações.

e) Em relação ao fortalecimento das organizações

Implantação de programas de fortalecimento e desenvolvimento institucional, buscando estabelecer processos de capacitação de intercâmbio entre as organizações atuantes nas diferentes regiões do estado e de outras regiões da Amazônia e Cerrado. Estímulo para inserção da produção comunitária em redes de economia popular solidária. Onde houver atravessador recomenda-se a qualificação da negociação via instrumentos jurídicos (contratos).

f) Em relação a infra-estrutura

O quadro constatado estabelece grandes desvantagens aos produtos tocantinenses comparado a outros estados, em relação a transporte, comunicação (comercialização) e energia (beneficiamento). Para garantir a ampliação da capacidade de produção e inserção no mercado seria o investimento na democratização do processo a este tipo de infra-estrutura. No caso da energia e dos meios de comunicação poderiam ser pensadas estratégias que tomassem como referência a escala comunitária e das organizações no caso dos meios de comunicação.

g) Em relação ao apoio institucional do poder público

Priorizar as ações de descentralização das políticas ambientais e de inspeção sanitária. Ampliar a fiscalização por parte dos órgãos competentes na implantação e funcionamento de grandes empresas com vistas a interrupção dos desmatamentos e prática de extrativismo predatório, além do incentivo à programas de combate à incêndios florestais, para isso é importante, também, que haja o cumprimento dos compromissos firmados pelo poder público municipal e estadual, em relação ao repasse de equipamentos (estado) e combustível para deslocamento das brigadas (prefeitura).

h) Em relação ao fortalecimento da atividade

Para as comunidades essencialmente extrativista, em especial as que não possuem terra, estabelecer uma estratégia de criação e implementação de assentamentos extrativistas e reservas extrativistas (RESEX), além de aprofundar a discussão sobre o simpatos e conseqüências da apicultura em áreas naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas Federais e Estaduais em prol do agroextrativismo tem procurado garantir a populações locais o direito a exploração e condições necessárias.

- O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) proporciona o aumento da pequena produção agrícola, especialmente pela agricultura familiar, através do apoio técnico e financeiro. A melhoria da renda e da qualidade vida dos agricultores, além da promoção do desenvolvimento rural sustentável, tem sido conseqüências positivas do programa (EMATERCE, 2008).

- O Programa de Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX) consiste em uma iniciativa de crédito para os produtores extrativistas que participem de Associações ou Cooperativas de Produção. O financiamento dirige-se para extração e coleta de produtos florestais, manejo florestal de baixo impacto e sistemas agroflorestais, além do

enriquecimento de espécies com valor econômico e beneficiamento primário da produção extrativista (ARRENDATOCANTINS, 2008).

- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008. coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções. Sendo uma das ações do Fome Zero, o objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MDS, 2008).

Essas políticas terão eficácia na medida em que levarem em conta os contextos regionais e as particularidades do extrativismo, realizando por agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais de baixa renda distantes de grandes mercados consumidores.

REFERÊNCIAS

ADA - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Legislação sobre a criação da Amazônia Legal. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

ARRENDATOCANTINS - PROGRAMA DE ARRENDAMENTO E PARCERIAS DO TOCANTINS. Programa de Desenvolvimento do Extrativismo Disponível em: <<http://arrendatocantins.to.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2008.

BARROSO, L. S. L. Os Povos Indígenas do Tocantins. Disponível em: <<http://www.brasilbar.com/palmas/tocantinsindios.htm>>. Acesso em: jul. 2008

BELCHER, B.; SCHRECKENBERG, K. Commercialisation of Non-Timber Forest Products: a reality check. **Development Policy Review**, v. 3, n. 25. 2007.

CARVALHO, I. S. H. **Potenciais e Limitações do Uso Sustentável da Biodiversidade do Cerrado**. 2006. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2006.

CEDEPLAR - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL DA UFMG. **Inventário Socioeconômico da Região do Bico do Papagaio no Estado do Tocantins**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

EMATERCE - EMATER CEARÁ. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.ematerce.ce.gov.br/pronaf.htm>>. Acesso em: jul. 2008.

FERREIRA, A. M. M.; SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54. São Paulo: ago. 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Tocantins. Disponível em: <www.to.gov.br>. Acesso em: jun. 2008.

IBGE. População e Domicílios: Censo. 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: jun. 2008.

ISPN – INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. **Mapeamento Participativo do Extrativismo no Estado do Tocantins**. Brasília: ISPN, 2003.

MACHADO, F. S. **Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia**. Rio Branco-AC: PESACRE e CIFOR, 2008.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Os alimentos da agricultura familiar no combate a fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: jul. 2008

SAWYER, D. R. **Penetration Roads and Population Growth: Patterns of Migration and Settlement on the Belém-Brasília Highway**. Senior honors thesis. Harvard College, 1969.

SAWYER, D. R. **Peasants and capitalism on an Amazon Frontier**. A thesis presented in the Department of Sociology in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in the subject of sociology. Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 1979.

SAWYER, D. R. O Papel da Sociedade no Estabelecimento de Políticas Públicas para as Savanas. In: IX SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O CERRADO E II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE SAVANAS TROPICAIS - “Desafios e Estratégias para o Equilíbrio entre Sociedade, Agronegócio e Recursos Naturais”. Brasília: out. 2008.